

Sistema 'Pesquisa de Seguro': passo a passo para descobrir se existe apólice, previdência ou capitalização em seu nome ou de um falecido

Existe um canal centralizado para descobrir seguros?

- Quando alguém morre ou quando surge a suspeita de que exista um seguro, plano de previdência privada ou título de capitalização ainda não localizado, uma dúvida comum é: *“Existe algum canal centralizado para descobrir isso?”*
- No Brasil, a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) oferece um caminho importante por meio da pesquisa de seguro
- Ela não é um cadastro nacional de apólices, mas um serviço que consulta, de forma padronizada, as empresas associadas, em busca de vínculos em nome do interessado

[Acesse ‘Pesquisa de seguro’ no site da CNseg](#)

O que a CNseg faz - e o que ela não faz

A CNseg é a entidade associativa que reúne as federações e empresas dos segmentos de:

- seguros gerais e resseguros;
- previdência privada e seguros de vida
- saúde suplementar
- capitalização

Ela não é seguradora e não mantém:

- cópias de apólices
- contratos de previdência privada
- certificados ou contratos de capitalização

Ou seja: a CNseg não guarda dados de contratos.

O que ela faz, por liberalidade, é consultar suas associadas para verificar se existe algum produto em nome do CPF ou CNPJ pesquisado.

Quem pode pedir a pesquisa

A pesquisa é restrita e respeita a legislação de proteção de dados. Só pode ser solicitada por:

- a própria pessoa, para saber se há produtos em seu nome
- familiares ou herdeiros de pessoa falecida
- representantes legais de pessoa jurídica (sócio, administrador ou procurador)

Não é permitido investigar a vida financeira de terceiros vivos sem vínculo legítimo.

Primeiro passo: cadastro na plataforma da CNseg

Toda a solicitação é feita exclusivamente por plataforma eletrônica.

O processo começa com:

- acesso à plataforma indicada pela CNseg
- informação de e-mail
- criação de senha

Esse cadastro é obrigatório para identificação, envio seguro de documentos e acompanhamento do

pedido.

Como preencher o pedido de pesquisa de seguros

Após o login, o solicitante deve:

- escolher o tipo de pesquisa (nome próprio, pessoa falecida ou pessoa jurídica)
- preencher os dados solicitados (nome completo, CPF/CNPJ etc.)
- anexar toda a documentação exigida

O caso mais comum - e mais sensível - é a pesquisa em nome de pessoa falecida

Pesquisa de seguros: documentos exigidos no caso de pessoa falecida

Em geral, são solicitados:

- certidão de óbito
- CPF e RG do falecido
- CPF e RG do solicitante
- comprovante de residência do solicitante
- documento que comprove parentesco (certidão de nascimento, casamento ou RG com filiação)

Se não houver comprovante de residência

- É aceita Declaração de Residência, assinada e com firma reconhecida em cartório.

Quando o pedido é feito por companheiro(a)

É necessário comprovar união estável, por meio de:

- contrato de união estável registrado ou
- duas declarações, com firma reconhecida, de pessoas que atestem a união

Quando o pedido é feito por advogado

O advogado deve apresentar procuração com firma reconhecida, com poderes específicos para:

- pesquisa de seguro
- previdência privada
- capitalização junto à CNseg

Sem essa especificação, o pedido pode ser recusado.

Atenção: imprimir, assinar e reenviar

Após preencher o formulário eletrônico, o solicitante deve:

- imprimir o formulário
- assiná-lo
- digitalizar o documento assinado
- anexar o arquivo na própria plataforma

Esse passo é indispensável para validar juridicamente a solicitação.

Protocolo, prazos e acompanhamento

Com a solicitação finalizada, o sistema gera:

- número de protocolo, enviado por e-mail
- O prazo informado para resposta é de até 45 dias úteis, considerando a consulta às empresas associadas e a consolidação das respostas

[Acesse 'Pesquisa de seguro' no site da CNseg](#)

Essa tal de 'gig economy' e o futuro do trabalho: oportunidades, limites e o que muda na sua vida profissional

O que é, afinal, a gig economy?

A gig economy é um modelo de trabalho baseado em tarefas, projetos ou missões pontuais (“gigs”), em vez de vínculos tradicionais de longo prazo.

Nesse sistema, a pessoa pode prestar serviços para **vários clientes ou plataformas ao mesmo tempo**, como:

- motoristas e entregadores de aplicativos
- profissionais de criação (texto, design, vídeo, social media)
- programadores, analistas de dados, UX/UI
- consultores em comunicação, marketing, finanças, RH e educação
- prestadores de serviços locais (manutenção, cuidados pessoais, aulas particulares)

O pagamento costuma ser por entrega, corrida, projeto ou hora trabalhada. Isso amplia a autonomia sobre a agenda, mas exige mais responsabilidade na gestão de renda, tempo e proteção social.

Por que a gig economy cresceu tanto?

A expansão da gig economy se explica por fatores combinados:

- **digitalização do trabalho**: plataformas conectam oferta e demanda em tempo real
- **crises econômicas e desemprego**: atividades sob demanda viram alternativa rápida de renda;
- **mudança cultural**: mais valorização de flexibilidade e projetos variados
- **demanda das empresas**: estruturas mais enxutas e contratação por projeto

O resultado é um mercado híbrido, em que o mesmo profissional pode acumular **contrato PJ, freelas e trabalho via plataforma** simultaneamente.

Vantagens para quem trabalha

Para muitos, a gig economy não é “bico”, mas estratégia de carreira. Entre os principais benefícios:

- **flexibilidade de horário**, facilitando conciliar trabalho, estudo e vida pessoal
- **autonomia de escolha** de projetos e clientes
- **diversificação de renda**, reduzindo dependência de um único pagador
- **aprendizado acelerado**, com exposição a diferentes setores e desafios

Para quem está empregado, gigs também funcionam como **complemento de renda** ou teste de novas áreas antes de uma transição.

Riscos e desafios da gig economy

O modelo também traz fragilidades estruturais:

- **renda instável**, com meses bons e ruins
- **ausência de direitos trabalhistas clássicos**, como férias, 13º e FGTS
- **proteção social limitada**, exigindo planejamento individual
- **pressão constante por desempenho**, avaliações e ranqueamento
- **zona cinzenta regulatória**, especialmente em plataformas de transporte e delivery

Na prática, a gig economy transfere para o indivíduo riscos antes diluídos entre empresa e Estado.

O papel das plataformas digitais

As plataformas são a infraestrutura da gig economy. Elas:

- organizam oferta, preços e regras
- usam algoritmos para distribuir tarefas e visibilidade
- concentram poder de barganha e influenciam renda

Por isso, temas como transparência algorítmica, remuneração justa e proteção de dados são centrais no debate público.

Como se preparar para trabalhar na gig economy

Algumas atitudes ajudam a reduzir vulnerabilidades:

- planejamento financeiro, com reserva de emergência
- formalização, como MEI ou CNPJ, quando fizer sentido
- diversificação de canais, evitando dependência de uma única plataforma
- posicionamento e portfólio claros, para cobrar melhor
- cuidado com saúde e limites, evitando a lógica do “sempre disponível”

Para empresas: como usar bem a gig economy

Boas práticas incluem:

- usar gigs para projetos específicos, sem precarização estrutural
- escopo e remuneração claros
- valorização de relações recorrentes com freelancers
- previsibilidade mínima de demanda e feedback
- Quando bem estruturada, a relação pode ser ganha-ganha

Gig economy não é futuro distante: é o presente

. A gig economy já molda como se trabalha, se empreende e se planeja carreira. Ela amplia possibilidades, mas exige **mais consciência, planejamento e proteção**

. Quem consegue equilibrar autonomia com organização financeira, diversificação de renda com cuidado com a saúde e flexibilidade com reputação tende a navegar melhor esse novo mercado - como profissional, empreendedor ou empresa contratante

Conversa Segura T4#04 | Seguro, Bioeconomia e Uso da Terra: desafios e soluções na agenda climática



Gravado em Belém durante a COP30, o quarto episódio da quarta temporada do Conversa Segura traz uma análise técnica e estratégica sobre a interseção entre o setor segurador, a academia e o terceiro setor. O foco central é o papel do seguro como viabilizador de uma nova economia do uso da terra no Brasil.

A jornalista Leila Sterenberg recebe dois especialistas: Frederico Soares Machado, gerente de Uso da Terra e Agricultura Sustentável do Instituto Clima e Sociedade (iCS), e Guilherme Bastos, coordenador do Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro).

O debate aborda a "lacuna de proteção" no agronegócio brasileiro — onde apenas cerca de 3% da área cultivada conta com seguro, de acordo com a FGV. Além disso, sobre como o amadurecimento de instrumentos de de-risking é fundamental para atrair os trilhões de dólares necessários para a transição climática global. A conversa detalha temas cruciais como:

- ? A crise do Seguro Rural: os desafios do Programa de Subvenção ao Prêmio (PSR) diante de eventos climáticos extremos e a necessidade de maior participação do setor privado.
- ? Restauração Florestal como Indústria: como projetos como o Pró-Floresta+ utilizam o seguro para viabilizar a recuperação de milhares de hectares na Amazônia e atrair investidores.
- ? A Bioeconomia e o Mercado de Carbono: o esforço para criar "métricas tropicalizadas" e a urgência de um "Zarc de Carbono" para dar segurança jurídica e financeira ao mercado.
- ? Recuperação de Áreas Degradadas: análise dos programas RAIZES e Caminho Verde, que visam reintegrar 40 milhões de hectares à produção sustentável, reduzindo a pressão por desmatamento.
- ? Descarbonização de Setores "Hard to Abate": o papel da agropecuária regenerativa e dos biocombustíveis brasileiros no suporte à transição energética de transportes marítimos e aviação.
- ? Transparência e Dados: a urgência em "destravar" informações do campo, respeitando a LGPD, para que seguradoras e investidores possam precificar riscos de forma precisa e eficiente.

Frederico e Guilherme apresentam uma visão fundamentada em dados, conectando a política agrícola brasileira aos compromissos globais de emissões líquidas zero (Net Zero). O episódio demonstra que o seguro não é apenas um produto de proteção, mas uma ferramenta de política pública e estabilidade econômica para a segurança alimentar e energética.

O encerramento foca no legado de implementação da COP30 e no que lideranças empresariais e

formuladores de políticas precisam fazer para que o Brasil lidere a nova economia verde global.
[YouTube](#) - [Spotify](#)

O que é bioeconomia?



- A bioeconomia tornou-se uma das maiores apostas do Brasil para gerar renda, estimular inovação, valorizar saberes tradicionais e conservar a biodiversidade, com a Amazônia como eixo estratégico da transição ecológica
- Os debates da COP30 reforçam o potencial do país para liderar soluções sustentáveis em escala global

Leia também:

. Direto da COP30, na Casa do Seguro: [Do risco à regeneração: o papel do seguro na bioeconomia e nas soluções baseadas na natureza'](#)

Dados e tendências que moldam o setor

O potencial econômico é expressivo: a bioeconomia brasileira pode movimentar R\$ 100 a R\$ 140 bilhões por ano até 2032, segundo o Fundo Vale, abrangendo alimentos inovadores, materiais biodegradáveis, biofármacos, cosméticos e novos materiais de base biológica.

O segmento de alimentos sustentáveis pode responder sozinho por até R\$ 50 bilhões/ano. Biotecnologia, bioativos e bioinsumos - especialmente derivados dos recursos genéticos amazônicos - ampliam o valor agregado e atraem empresas e centros de pesquisa.

O Fundo de Bioeconomia da Amazônia (BID) já soma US\$ 598 milhões para financiar cadeias produtivas sustentáveis, turismo ecológico, infraestrutura habilitante e restauração produtiva.

Mais de 20 startups operam no *Innovation and Bioeconomy Center* em Belém durante a COP30, criando soluções digitais, biotecnológicas, logísticas e sociais voltadas para cadeias regionais

Cadeias produtivas sustentáveis e inclusão social

As cadeias da sociobioeconomia conectam extração sustentável, beneficiamento local, produção agroindustrial e comercialização de fibras, óleos, bioativos, bioplásticos e alimentos tradicionais.

Parcerias entre seguradoras, BioParques, comunidades tradicionais e incubadoras viabilizam serviços ambientais remunerados, infraestrutura sustentável e acesso a mercados, gerando renda, fortalecendo a resiliência climática e mantendo a floresta em pé.

Políticas públicas e estratégia nacional

O Plano de Transformação Ecológica do Ministério da Fazenda coloca a bioeconomia entre os setores prioritários para criação de empregos qualificados, descarbonização e inovação, com uso ampliado de blended finance.

O Eco Invest Brasil estimula investimentos com leilões e modelos financeiros híbridos, exigindo que pelo menos 60% do capital investido venha de fontes estrangeiras, combinando crédito, fundos garantidores e mitigação de riscos.

Entre as metas estruturantes estão:

- multiplicar por dez o mapeamento genético dos biomas
- criar mil novos negócios científicos por ano
- consolidar o Brasil como polo global de soluções sustentáveis

Desafios e oportunidades

Apesar do potencial, apenas 10% da flora brasileira está geneticamente mapeada, um dos maiores gargalos para inovação e biotecnologia. A expansão das cadeias produtivas também depende de mais investimento em infraestrutura, logística, assistência técnica e acesso a tecnologias.

Outro ponto essencial é desenvolver produtos e serviços financeiros adaptados à bioeconomia, garantindo que o valor econômico permaneça nas comunidades que protegem os biomas.

Fonte: CNseg, em 27.01.2026